

Mesa: 03

O Desenvolvimento Socioeconômico e Produtivo em Assentamentos Rurais de Dois Municípios da Região Norte de Mato Grosso à Luz das Políticas Públicas.

Maira Luiza Spanholi – UNEMAT – maira_luiza15@hotmail.com

Wylmor Constantino Tives Dalfovo – UNEMAT – wylmor.dalfovo@hotmail.com

Muriane Junges da Silva – UNEMAT – muriane.junges@hotmail.com

Local: UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

Resumo: Este artigo tem como objetivo demonstrar as condições socioeconômicas e de produção e a evolução dos indicadores das famílias residentes em assentamentos agrícolas nos municípios de Sinop-MT e Marcelândia-MT a luz das políticas públicas vigentes. Metodologicamente, utilizou-se o método de estratificação por comunidade, ou seja, número de pessoas por comunidade, assim, sorteou-se o número de lotes a serem visitados proporcional ao tamanho da comunidade, sem repetição. Para levantamento dos dados aplicou-se questionários em 03 visitas de campo aos lotes sorteados para sua aplicação, bem como visita na agrovila para conhecer e levantar os dados sobre os indicadores de produção. Como principais resultados gerados tem-se que grande parte das famílias assentadas tem a produção somente para o consumo familiar, ou seja, de subsistência, a base produtiva principal é a pecuária de leite e corte, representando 44,66% da produção no Wesley Manoel dos Santos e 73,15% da produção no Bonjaguá, sendo esta predominante para o consumo familiar. A pesquisa levantou ainda que os assentamentos contam com sistema de crédito que proporciona o fortalecimento da produção, possibilitando a compra de insumos ou equipamentos necessários, além de receberem ajuda habitacional para a construção de suas moradias. Em ambos os assentamentos estudados, mais de 80% das famílias recebem auxílio financeiro do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sendo que os outros 20% são oriundos de outras fontes financeiras.

Palavras-Chave: Assentamentos Agrícolas, Desenvolvimento Socioeconômico Local, Políticas Públicas, Sinop-MT, Marcelândia-MT.

Abstract: This article aims demonstrate the socioeconomic and production conditions and of the indicators of families living in agricultural settlements in the cities of Sinop-MT and MT-Marcelândia under the vision of current public policies. Methodologically,

it was used the method of stratification by community, in other words, people's number by community, thus, it was drawn up the number of lots to be visited in proportion to the size of the community, without repetition. For data collection, questionnaires were applied in 03 field visits in the selected lots to their application, as well as visit the agricultural community to meet and collect data on indicators of production. Main results generated showed that the most of the families settled have just the production just for family consumption, or subsistence, the main production base is the cattle, milk and cut, representing 44.66% of production in Wesley Manoel dos Santos and 73.15% of production in Bonjaguá, which is predominantly for home consumption. The research also found that the settlements count on credit system that provides the production strengthening, enabling the purchase of materials or equipment required, in addition to receiving housing assistance for the construction of their homes. In both settlements studied, more than 80% of households receive financial assistance from PRONAF - National Program for Strengthening Family Agriculture, and the remaining 20% come from other financial sources.

Keywords: Agricultural Settlements, Local Socioeconomic Development, Public Policies, Sinop-MT and Marcelândia-MT.

1 – Introdução

A característica principal do programa de assentamento é a criação de novas pequenas propriedades em terras que, na maioria das vezes se encontram totalmente ociosas ou com baixa utilização na produção agrícola. O assentamento significa, portanto, a incorporação de novas terras ao processo produtivo do país, com a consequente criação de empregos, distribuição de renda, etc., beneficiando da camada de pequenos agricultores que formam a clientela da Reforma Agrária e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). (Leite, 1994: 203).

Quanto se destaca a importância dos assentamentos agrícolas no contexto econômico e social brasileiro, tem-se que “Os assentamentos são a materialização da reforma agrária e uma prova concreta da melhoria nas condições materiais de existência não só das pessoas diretamente beneficiadas com a terra, havendo ainda geração de emprego, permitindo a inserção dos pequenos agricultores no mercado”. (Lima e Rodrigues, 2007: 15).

Não há dúvida da importância da reforma agrária como meio de fixação do homem a terra, como eficiente instrumento de distribuição de renda, enfim, como estratégia de desenvolvimento que busca soluções para os problemas de pobreza que países subdesenvolvidos como o Brasil enfrentam. (Silva, 1994: 12).

Nesse sentido, a reforma agrária apresenta-se como um importante fator para o desenvolvimento dos assentamentos rurais no Brasil, pois teve como objetivo proporcionar redistribuição de terras, promovendo direito ao acesso a terra para quem nela vive e trabalha. A reforma agrária é importante não apenas do ponto de vista social, para propiciar acesso a terra e melhorar as condições de vida dos agricultores e trabalhadores rurais pobres, ela é fundamental para o processo de fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento do meio rural.

A realização da reforma agrária proporciona terra para a população trabalhar, aumentando a produção agrícola, reduzindo as desigualdades sociais, democratizando a estrutura fundiária, trazendo assim desenvolvimento para a região em que ela foi realizada. (Bazin, 1991: 14).

Quanto ao paradoxo sobre o desenvolvimento rural local, tem-se que "desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. E o desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária também é uma forma particular de desenvolvimento local, delimitado pelo espaço das comunidades vinculadas aos projetos de assentamentos". (Buarque, 1997: 9).

Indicadores demográficos e socioeconômicos do estado de Mato Grosso demonstram que a desigualdade regional é uma característica marcante do processo de desenvolvimento estadual. De forma similar uma política de desenvolvimento regional serve de complementação a dinâmica econômica, estimulada pelo mercado, promovendo o desenvolvimento em todas as regiões, em particular no estado de Mato Grosso os municípios de Sinop e Marcelândia cooperando para o melhor equilíbrio do produto e da renda dessas regiões. (Amaral, 2001: 15).

É claro que se precisa de incentivos institucionais adequados, de instrumentos de planejamento e recursos, para que esta política se torne uma realidade no Estado de Mato Grosso. Sob esse ponto de vista, "o governo estadual deve aproveitar o momento

de revisão de suas estratégias, para uma análise no processo da elaboração priorizando a questão regional na estrutura de governo, e se necessário for, ajustá-la na direção de seu planejamento estratégico, no processo de atualização e revisão, procurando sempre estimular as famílias ao desenvolvimento do assentamento, contribuindo com ajuda e incentivos”. (Amaral, 2001: 16).

A organização local, a ampliação do círculo com os quais se relacionam os agricultores, a pressão para que aumente seu acesso ao crédito e os investimentos públicos em infraestrutura e serviços e, sobretudo, os investimentos em educação e formação são fatores que, quando conjugados, têm o poder de alterar o ambiente institucional do meio rural para excluir o atraso e o abandono. (Abramovay, 1999: 18).

Quanto à relação entre políticas públicas e agricultura familiar para o desenvolvimento de assentamentos rurais, destaca-se que “o uso da expressão agricultura familiar é recente no Brasil, sendo essa tratada de forma indiscriminada e com noções equivalentes a “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, quando se pensa e fala tipicamente em pequeno produtor imagina-se alguém que vive em condições muito precárias, que tem um acesso nulo ou muito limitado ao sistema de crédito”. (Abramovay, 1999: 18).

Os assentamentos estão apoiados por uma política de crédito própria, através de projetos do INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que financia a implantação dos lotes, com recursos para a construção de moradias, da manutenção das famílias no primeiro ano, além de financiar o custeio da produção e disponibilizar crédito para investimento, com prazos e carências, adquirindo um papel de grande destaque entre as políticas públicas atualmente em vigor.

O que contribuiu para o desenvolvimento na produção agrícola foi o auxílio que o governo proporcionou no ano de 1996 com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa, formulado como resposta às pressões sindicais rurais desde o início dos anos de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos grupos de pequenos produtores rurais que vinham sendo agravados pelas políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de manter a atividade. (Frâncio, 2011: 20).

Quando se fala em agricultura familiar, pode-se compreender que a maior parte do trabalho é realizada pelos próprios membros da família. A distribuição de terra

juntamente com a inclusão social gera progresso e bem-estar social da população rural, além de contribuir com o desenvolvimento econômico do país. (Sauer, 1998: 19).

A entrada na terra permite uma reorganização social dessas famílias de trabalhadores rurais, pois conseguem ter a abertura de um espaço para a construção habitacional e o aumento na disponibilidade familiar de alimentos por meio da prática do autoconsumo. Por falta de conhecimentos específicos e também de infraestrutura necessária a renda obtida pelos assentados muitas vezes serve apenas para manter as despesas da família.

A distribuição de terras é um meio de combate à pobreza, e o alcance das capacidades de trabalho de uma família pode firmar-se economicamente e ser, um fator de geração sustentável de renda. É claro que para isso são necessárias condições de acesso a mercados dinâmicos, a crédito, a informações, a educação e a tecnologias. (Abramovay, 1999: 13).

Desta forma, o problema central deste artigo é verificar se as políticas públicas vigentes geram melhorias produtivas e socioeconômicas para as famílias assentadas em dois assentamentos rurais nos municípios de Marcelândia-MT e Sinop-MT, localizados na Região Norte de Mato Grosso.

O objetivo geral do artigo é analisar a evolução dos aspectos socioeconômicos e de produção familiar das comunidades assentadas na região Norte de Mato Grosso, mais especificamente as existentes nos municípios de Marcelândia MT e Sinop MT enfocando as políticas públicas vigentes em prol do desenvolvimento rural sustentável.

2 Métodos de Análise da Pesquisa

Para o cumprimento do objetivo proposto, e além de responder ao problema de pesquisa, adotou-se neste artigo o uso dos métodos observacional, descritivo, explicativo, e estatístico, através de pesquisa com aplicação de questionários estruturados e visitas a campo, sendo os mesmos disponibilizados na forma textual, em tabelas e figuras, com suas devidas análises teóricas. Posteriormente o levantamento de dados o detalhamento das teorias que fundamentam o estudo através de pesquisas e leituras relacionadas ao assunto, sendo assim um fator importante para a interpretação dos dados e a elaboração das conclusões do estudo.

No atendimento aos objetivos da pesquisa pesquisou-se no Assentamento “Wesley Manoel dos Santos” em Sinop-MT um total de 103 famílias, das 497 famílias residentes no assentamento, representando 20,72% da amostra total.

O número de lotes visitados por comunidade foi sorteado usando o critério de não reposição proporcional ao número de famílias pertencentes a cada comunidade. Ao todo foram visitadas seis comunidades, sendo que o número de famílias assentadas por comunidade ficou assim distribuído: Comunidade Bela Vista (03 famílias), Córrego Fundo (08 famílias), Agrovila (24 famílias), Boa Esperança (14 famílias), Campos Novos (47 famílias), e comunidade de São João (07 famílias).

O desenvolvimento da pesquisa se deu com a aplicação de questionários semi-estruturados buscando levantar dados sobre as questões produtivas (agricultura e pecuária) praticadas, bem como os indicadores da evolução socioeconômica das famílias assentadas (emprego, organização da produção, conhecimentos técnicos, educação, gênero, e renda) sendo essas informações importantes para análise quantitativa e qualitativa das famílias pesquisadas.

Utilizou-se metodologicamente os mesmos critérios para as pesquisas desenvolvidas no assentamento Bonjaguá em Marcelândia-MT, porém buscou-se uma amostra maior em relação ao números de famílias assentadas, tendo como universo pesquisado um total de 184 famílias residentes no assentamento de um total de 190 famílias, o que corresponde a 96,84%. Isso se deve ao fato de contrastar as informações levantadas em Sinop verificando suas contradições e proximidades de tal forma a garantir a integridade da pesquisa.

4 Apresentação e Análise da Pesquisa de Campo nos Assentamentos Wesley Manoel dos Santos em Sinop-MT e Bonjaguá em Marcelândia-MT

O assentamento Wesley Manoel dos Santos está localizado na cidade de Sinop na região Norte do Estado de Mato Grosso que conta com uma área territorial de 3.942,224 km² e 113.099 habitantes, com um PIB de R\$ 1.813.361,00. A principal atividade econômica do município é a prestação de serviços, com grande destaque também para o setor pecuário (bovinos e suínos), cultivo de algodão e cereais (soja, milho e arroz) e indústria madeireira. Sendo que o setor agropecuário é considerado a sua principal atividade econômica, com destaque para o cultivo de grãos. O rendimento mensal domiciliar per capita nominal é de R\$ 792,00 (valor médio total, urbano). (IBGE 2011).

O Assentamento Wesley Manoel dos Santos localizado no município de Sinop-MT foi criado em 21 de novembro de 1997, em um lote com uma área total de 38.291 hectares, no município de Tapurah-MT. Posteriormente, no ano de 2002, passou a pertencer à área do município de Sinop, terra adquirida pelo INCRA e o tamanho da parcela de terras para cada assentado seria de aproximadamente 70 hectares, perfazendo um total de 500 lotes rurais, nos quais foram assentadas inicialmente 497 famílias. Três lotes foram reservados para outro projeto futuro que poderia talvez vir a ser uma escola agrícola. (Francio, 2011: 30).

O assentamento Bonjaguá está localizado no município de Marcelândia também na região Norte de Mato Grosso, distante do município de Sinop 140 km, tem uma população de 12.006 habitantes, conta com uma área de 12.281,242 km² e PIB de 289.745,00 reais. A economia do município se baseia basicamente na pecuária, agricultura e no extrativismo vegetal. Na pecuária a parte mais expressiva é do gado bovino de corte. Na agricultura há a soja e o arroz e na agricultura de subsistência feijão, o milho e hortifrutigranjeiros. O extrativismo vegetal é importante também para a geração de renda do município. O rendimento mensal domiciliar per capita nominal é de R\$ 590,00 (valor médio total, urbano). (IBGE 2011).

O processo de ocupação da área do assentamento Bonjaguá no município de Marcelândia teve início em 1984, com a invasão da área com apoio do sindicato. Em 1985 houve aumento no número de famílias na ocupação da área, e também conflitos com o fazendeiro, então proprietário da área. No ano de 1986 houve a emancipação do município que acarretou em mais famílias que se deslocaram para a área do assentamento. Em 1993 teve início a negociação com a intervenção da prefeitura para a compra das terras e regularização do projeto de assentamento Bonjaguá. Em 1994 aconteceu a vinda do INCRA, e em 1995 foi finalizada a negociação e compra da área pelo INCRA. O assentamento Bonjaguá conta com uma área total de 5677,5 hectares e os lotes têm 35 hectares cada. (EMPAER, 2011).

No estado de Mato Grosso, o órgão responsável por executar as políticas agrárias e fundiárias é o Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso (INTERMAT). Foi criado em 1975 e reestruturado em 1979, garantindo ao trabalhador rural e urbano o acesso a terra e à melhoria da qualidade de vida. Com a sua reestruturação, novas áreas devolutas foram incorporadas ao Estado. Áreas já ocupadas foram regularizadas para evitar os conflitos sociais provocados pelo uso e posse de terra. (Francio, 2011: 38).

As famílias assentadas tanto no assentamento Wesley Manoel dos Santos quanto no Bonjaguá iniciaram suas atividades na perspectiva de liberação de recursos para habitação (recurso para construção de casas para as famílias, liberadas por intermédio do orçamento do governo federal) e de recursos para crédito em investimentos na propriedade (PRONAF).

TABELA 1 – Nível educacional dos familiares assentados nos assentamentos pesquisados

Escolaridade	Wesley Manoel dos Santos	Bonjaguá
1ª – 4ª série	42,85%	43,80%
5ª – 8ª série	22,85%	34,30%
Segundo Grau	27,71%	19,20%
Superior	5,71%	2,70%

Fonte: pesquisa de campo (2011)

No assentamento Wesley Manoel dos Santos, os filhos dos proprietários dispõem de duas escolas que proporcionam melhores condições de formação a seus filhos. A realidade educacional da escola localizada na agrovila do assentamento Wesley Manoel dos Santos demonstra que os filhos dos assentados estudam em período matutino vindo de várias comunidades pertencentes ao assentamento, e no período vespertino retomam suas atividades junto com a família contribuindo com as atividades desenvolvidas nas propriedades do assentamento.

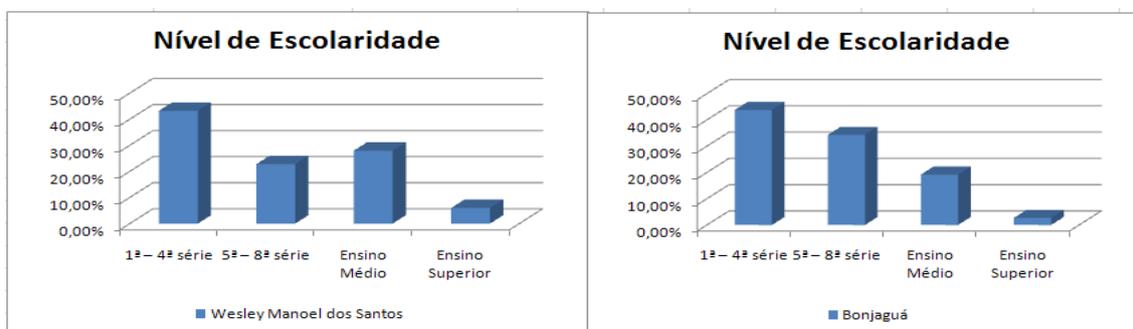


FIGURA 01 – Níveis de Escolaridade nos assentamentos pesquisados

Fonte: pesquisa de campo (2011)

A realidade observada no assentamento Bonjaguá em Marcelândia não é diferente daquela observada no assentamento Wesley Manoel dos Santos, onde os números mostram que o grau de escolaridade também se revela consideravelmente baixo. Em ambos os casos, a pesquisa demonstra que a formação que predomina é a de ensino fundamental, onde poucos dão continuidade em sua formação escolar.

A pesquisa destaca ainda a predominância da não conclusão do ensino fundamental, tendo como justificativa destacada a necessidade de trabalhar e contribuir com a renda da família que normalmente é baixa e necessitava da ajuda dos filhos para

garantir o sustento familiar. No entanto, a realidade mostra que a atual situação educacional pode ser mudada, pois em ambos os assentamentos, Wesley Manoel dos Santos e Bonjaguá dispõe de escolas para que os filhos das famílias assentadas possam estudar e alterar esse cenário de baixa escolaridade existente.

TABELA 2 – Gênero das pessoas entrevistadas

Gênero	Wesley Manoel dos Santos	Bonjaguá
Feminino	33,1%	44%
Masculino	66,9%	52%

Fonte: pesquisa de campo (2011)

Quanto ao gênero, percebe-se que na pesquisa realizada nos dois assentamentos a predominância é a do gênero masculino, porém o gênero feminino apresenta uma parcela significativa em relação ao total. No Bonjaguá o gênero feminino corresponde a quase metade da população do assentamento, este fator ressalta o papel importante desenvolvido pelas mulheres assentadas no intuito de contribuir para a geração de emprego e renda familiar neste tipo de comunidade, exercendo atividades como a produção de hortaliças, a criação de galinhas, frangos, artesanato e outras funções que podem ser exercidas por elas nos assentamentos. Em relação à base produtiva, tanto no assentamento Wesley Manoel dos Santos quanto no assentamento Bonjaguá existe a predominância da pecuária de leite e de corte.

TABELA 3 – Base produtiva dos assentamentos pesquisados

Wesley Manoel dos Santos	Quantidade	Bonjaguá-Marcelândia	Quantidade
Pecuária de corte	24	Pecuária de corte	36
Pecuária de leite	13	Pecuária de leite	45
Pecuária de leite e corte	9	Pecuária de leite e corte	58
TOTAL	46	TOTAL	139

Fonte: pesquisa de campo (2011)

A pecuária é um fator importante para o desenvolvimento dos assentamentos, sendo que a pesquisa aposta que mesmo com as políticas existentes para o controle do desmatamento, aproximadamente 90% das propriedades ultrapassou o limite imposto pelo Governo Federal desmatando mais do que 20% da área permitida, sendo natural a introdução do gado de corte e leiteiro como atividades iniciais, pois poucas famílias assentadas possuem recursos para a implantação e manutenção da produção agrícola em escala comercial e tão pouco possuem recursos para iniciar a produção agrícola sustentável, pelo menos nos dois assentamentos pesquisados.

Outro ponto importante a ser destacado, é que algumas famílias para manter a economia de subsistência trabalham em atividades externas dentro dos assentamentos, através da prestação de serviços a outras fazendas ou na agrovila da comunidade,

conseguindo assim um complemento de renda, além daqueles que recebem aposentadoria ou alguma outra forma de recursos oriundos do governo para manter seu sustento.

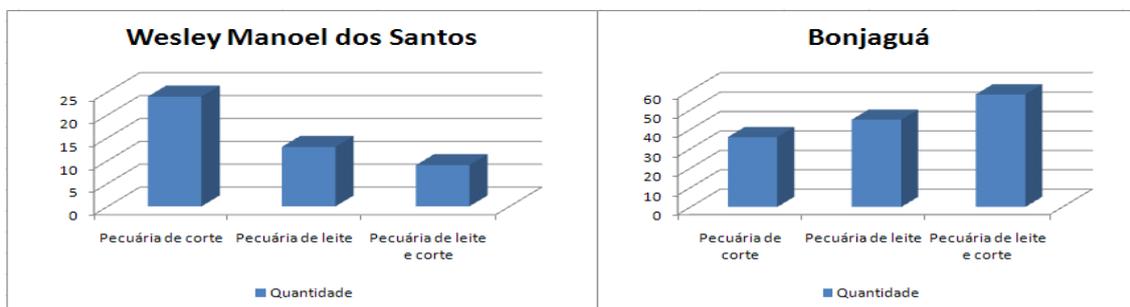


FIGURA 3 – Produção predominante dos assentamentos pesquisados
Fonte: pesquisa de campo (2011)

Como identificado na pesquisa a pecuária de corte e de leite sem dúvida exerce influência na economia de subsistência dos assentados, porém destaca-se que o assentamento Wesley Manoel dos Santos dedicasse com mais ênfase a produção de gado de corte, e isso se explica pelo fato da existência de frigoríficos no município de Sinop que compram essa carne para revender ao setor atacadista e varejista.

No assentamento Bonjaguá a produção da pecuária leiteira tem mais força, justificado pelo fato do município de Marcelândia estar distante da principal rodovia asfaltada em aproximadamente 100 km, tornando o frete mais caro para o transporte dos animais para o abate, além do fato de que o município não possui laticínio, proporcionando para as famílias assentadas a possibilidade de revenda desse leite *in natura* para o consumo dos residentes neste município.

Outro dado importante se refere ao número de vacas leiteiras das 186 famílias assentadas, que neste caso chega a 934 cabeças, a média de vacas por assentamento é 8,64 cabeças tendo uma produtividade de vacas leiteiras em torno de 6,25 litros de leite por dia.

A pesquisa ainda demonstrou um sistema de produção agrícola nos dois assentamentos, com foco na produção de hortaliças, aves e suínos. Estas atividades desenvolvem-se nos assentamentos com cunho de subsistência, porém se receberam os devidos investimentos e informações sobre cuidados e práticas fitossanitárias podem vir a gerar renda quando da venda para o sistema atacadista e varejista nos dois municípios pesquisados. Desta forma para os dois assentamentos pesquisados o panorama atual da produção dos produtos citados anteriormente são:

TABELA 4 – Principais produtos de origem animal e vegetal produzidos nos assentamentos em Sinop-MT e Marcelândia-MT

Assentamentos			
Wesley Manoel dos Santos	Percentuais	Bonjaguá	Percentuais
Produtos		Produtos	
Tubérculos	7,11%	Mandioca	33%
Pupunha e Banana	2,26%	Banana	2%
Ovos	11,65%	Abacaxi	2%
Aves	12,94%	Café	5%
Suínos	8,41%	Milho	5%
Hortaliças	12,94%	Piscicultura	41%
		Aves	53%
		Suínos	3%

Fonte: pesquisa de campo (2011)

Os sistemas de produção existentes no assentamento Wesley Manoel dos Santos, além da base produtiva que é a pecuária de corte e de leite, existem também a criação de suínos, correspondendo a 8,41% do total dos assentados pesquisados, a criação de frango, que corresponde a 12,94%, sendo que apenas 11,65% produzem ovos, produção de hortaliças correspondente a 12,94%, produção de tubérculos 7,11%, e a produção de pupunha e banana representam 2,26%.

Os principais produtos comercializados pelas famílias são: venda de bezerros machos, produção de leite, produção de frango, suínos, banana e pupunha. A comercialização de culturas é realizada no município de Sinop, onde os próprios produtores comercializam os produtos através da feira livre (através de venda direta) aos consumidores, sendo ainda que alguns produtos são comercializados dentro do próprio assentamento, inclusive a comercialização do gado e do leite.

No total das propriedades pesquisadas percebe-se que a produção em geral é muito baixa, isso acontece devido à falta de informações proveniente aos produtores, ou seja, uma grande parcela dos assentados não tem orientação técnica e nem acesso e a insumos para uma produção de qualidade, além de não saberem como produzir, o que contribui para a baixa produção e estímulos a mudança de hábitos e costumes para esses produtores, principalmente no assentamento Wesley Manoel dos Santos.

Em contrapartida, existem famílias assentadas que possuem algum tipo de produção, porém essa ainda em pequena escala e com pouca qualidade técnica, o que inibe o desenvolvendo mais comercial, aliado a falta de simetria entre as empresas do

setor atacadista e varejista que poderiam contribuir consideravelmente para a aquisição dos produtos já existentes, incentivando esse desenvolvimento.

Outro motivo para a produção ser pequena nas propriedades, deve-se a precariedade de investimentos na recuperação do solo, este pobre e fraco, sem micronutrientes adequados para uma produção em escala mais comercial. Este fato deve-se ao fato de que as famílias não possuem recursos para incorporação de calcário, melhoria das condições orgânicas do solo, com a introdução de técnicas de manejo de solo e manejo de pastagem.

A produção existente nos assentamentos é basicamente comercializada através de feiras livres realizadas nos municípios e em vendas diretas para o consumidor. Para as famílias do assentamento agrícola essa renda obtida com a venda da produção agropecuária mantém a subsistência das famílias do assentamento, porém não dá mobilidade econômica para maiores investimentos, o que ocasiona o não desenvolvimento do setor nos assentamentos.

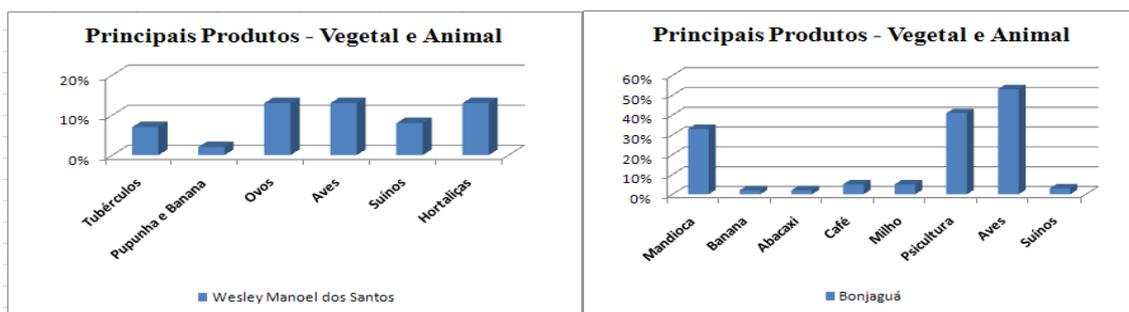


FIGURA 04 – Principais produtos de origem vegetal e animal nos assentamentos pesquisados nos municípios de Sinop-MT e Marcelândia-MT
Fonte: pesquisa de campo (2011)

Para o assentamento Bonjaguá no município de Marcelândia, de acordo com os resultados, observa-se que a cultura de maior expressão produtiva é a mandioca, onde grande parte das famílias tem a produção tanto para o consumo como para a venda, as outras culturas existentes são em menor escala, pois a produção é voltada somente para o consumo familiar.

A criação de aves possui uma parcela relativamente alta no quadro produtivo, onde pouco mais da metade dos assentados possuem uma criação, isso é possível porque essas têm baixo custo podendo ser consumidas (garantia de alimento) e comercializadas in natura ou abatidas em feiras livres ou ainda entregues de casa em casa no município pesquisado, além de oferecerem a produção de ovos que também garante alimento para as famílias e renda através de sua venda.

A piscicultura é outra fonte de renda e de trabalho para os assentados pesquisados, porém ainda não suficiente para escalonar produção em quantidades maiores do que as oferecidas (aproximadamente 350 quilos mês e com diferentes espécies, ou seja, despadronizadas), servindo em muitas vezes como alternativa de conseguir renda e alimento para as famílias residentes nesse assentamento.

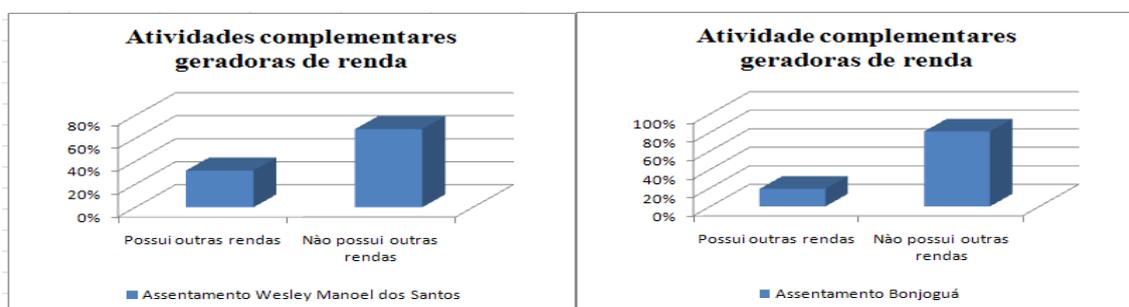


FIGURA 04- Renda das famílias de outras atividades do Assentamento Wesley Manoel dos Santos no município de Sinop-MT

Fonte: Pesquisa (2011)

A renda dos moradores do assentamento Wesley Manoel dos Santos advém da produção em seus lotes, mas os assentados realizam trabalhos externos para conseguir uma complementação dessa renda.

A produção do assentamento é a grande responsável pela parcela de renda das famílias, porém esta apenas não garante a subsistência das famílias, desta forma, muitos assentados procuram trabalho fora de suas propriedades, como por exemplo, carpintaria, diarista, tratorista entre outras funções, além da renda advinda da aposentadoria rural, para aqueles acima da idade estabelecida por lei. Isso acontece devido à ausência de recursos diretos para investimentos nas propriedades, fazendo com que a produção existente não seja suficiente para o sustento da família, e como consequência as famílias procuram complementar sua renda através de outras atividades.

O mesmo acontece com as famílias do assentamento Bonjaguá, estas precisam buscar outras atividades fora do assentamento para complementar sua renda, pois a renda gerada nas propriedades não é suficiente para manter a subsistência da família. No gráfico pode-se perceber que 81% das pessoas pertencentes a este assentamento buscam rendas em outros setores ou em outras atividades.

Embora não possuam renda suficiente para investimentos alguns recursos gerados com a comercialização dos produtos produzidos estimulam a contratação de mão-de-obra extra para o desenvolvimento de atividades nos assentamentos. Desta forma, tem-se na tabela 05 o panorama destas contratações:

TABELA 05 – Contratação de mão-de-obra nos assentamentos pesquisados

Mão-de-obra	Wesley Manoel dos Santos	Bonjaguá
Contratam	23,30%	25,13%
Não contratam	76,70%	74,87%

Fonte: pesquisa de campo (2011)

Como pode ser observado as famílias priorizam o trabalho familiar dentro dos assentamentos e a parcela contratada de mão-de-obra extra é relativamente baixa nos dois assentamentos pesquisados, porém quando existe a contratação desses trabalhadores é apenas para trabalhos temporários e não gera vínculo empregatício, porém contribui para a geração de renda.

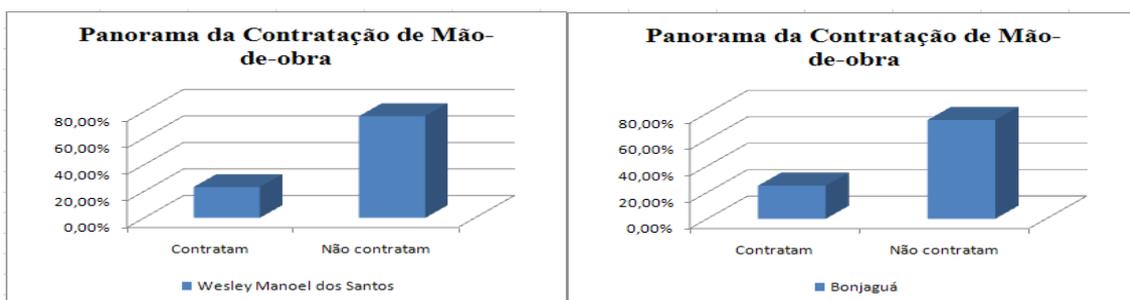


FIGURA 6 – Panorama da Contratação da Mão-de-obra nos assentamento de Sinop-MT e Marcelândia-MT.

FONTE: pesquisa de campo (2011)

Com relação ao assentamento Bonjaguá a realidade observada é praticamente a mesma do assentamento Wesley Manoel dos Santos, onde a parcela contratada também é pequena. Os proprietários dos lotes não vinculam empregados as tarefas, pois elas são destinadas aos membros da família, e quando ocorre essa contratação, esta é em caráter temporário, apenas para contribuir junto aos proprietários em períodos de maior produção.

Através das políticas assistencialistas do Governo Federal no intuito de prover os assentamentos e dar condições de subsistência, esses assentamentos dispõem de sistemas de assistência de crédito por parte de alguns órgãos federais, que beneficiam tanto a produção, quanto a moradia desses assentados.

TABELA 06 – Tipos de créditos recebidos pelos assentados pesquisados

Tipos de créditos recebidos	Wesley Manoel dos Santos	Tipos de créditos recebidos	Bonjaguá
Habitacional	32,73%	Crédito Rural	63%
PRONAF	80%	PRONAF	86%

Fonte: pesquisa de campo (2011)

Com essas linhas de crédito oferecidas pelo programa os assentamentos podem ser desenvolvidos tanto no âmbito agropecuário quanto não agropecuário, o produtor pode usar os recursos para comprar insumos para iniciar suas produções ou gastar com

aquisição de equipamentos ou a construção de estruturas geradoras de renda, ou ainda comprar bens duráveis como tratores e animais, por exemplo.

Desta forma, com os recursos provenientes da ajuda habitacional, as famílias do assentamento Wesley Manoel dos Santos conseguiram construir moradias para suas famílias, sendo que todas as famílias assentadas têm o direito ao crédito para infraestrutura (habitacional) proveniente do INCRA. Porém, Frâncio (2011) relata que como esse crédito depende de orçamento anual da Instituição Federal, o recurso não atende a todas as famílias.

Quanto ao PRONAF¹, 9% dos produtores não possuem acesso a ele; 11% não conseguiram liberação do crédito e 80% já detêm esse direito. Os produtores que adquiriram o direito dos lotes nos últimos quatro anos não estão com documentação regularizada para obterem o crédito rural.

As famílias que não tiveram liberação desse benefício do PRONAF, no momento da disponibilização do crédito, não estavam com a documentação da propriedade regularizada perante o INCRA e outros proprietários não possuíam documentos pessoais habilitados para a obtenção desse empréstimo. Cabe ressaltar que a liberação do INCRA é extremamente onerosa e burocrática, pois os dois assentamentos têm em média 15 anos de existência e muitos assentados ainda não possuem o título final de posse de seus lotes, fato que demonstra que não bastam políticas públicas eficientes, mas também agilidade dos órgãos públicos na resolução da situação existente.



FIGURA 07 – Créditos que beneficiam o desenvolvimento dos assentamentos
Fonte: pesquisa de campo (2011)

Com relação à moradia das pessoas do assentamento Bonjaguá foram obtidos os seguintes dados: 6 pessoas não possuem casa, 44 pessoas possuem casas de madeira e em 136 famílias as casas são de alvenaria, porém muitas famílias não receberam recursos habitacionais para melhorias e construção de suas casas. Entretanto em relação

¹Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

ao crédito rural tem-se que 1,2% das famílias não usam crédito rural por inadimplência, 35,8% não usam por outros motivos não identificados com a pesquisa, no entanto 63% das famílias utilizam desse benefício, e com relação ao PRONAF o número de assentados que o utiliza é relativamente elevado, sendo que a maior parte das famílias é favorecida por ele.

Com ajuda do PRONAF (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural) as famílias podem fortalecer a agricultura desses assentamentos, além de gerar emprego e renda. Através da ajuda habitacional os moradores dos assentamentos conseguem levantar suas casas, ou pelo menos recebem um investimento que torna possível começar a construir suas casas.

Desta forma, uma das principais dificuldades encontradas nos assentamentos pesquisados diz respeito e esta diretamente relacionada com a fraqueza da infraestrutura, esta insuficiente, além da inadequada assistência técnica, dificultando o acesso ao crédito, e que tem como resultado produtores com dificuldades no momento de aquisição de insumos e de realização da venda de sua pouca produção.

Resultados e Conclusões

Considerando o exposto no artigo, conclui-se que os projetos de criação de assentamentos a partir das políticas públicas constituem um marco importante para o estabelecimento, o acesso a terras e para a dignidade humana.

Conclui-se ainda que se considerado as políticas públicas vigentes, estas dão o suporte inicial para a instalação e início do processo produtivo das atividades familiares, porém não garante continuidade do fortalecimento da produção, isso se deve a lentidão e burocracia de órgãos fiscalizadores que tem a função de organizar, assistir, escriturar e difundir a produção, culminando em índices de crescimento muito aquém do esperado para os assentamentos se considerados o tempo de criação desses espaços nos municípios estudados.

Desta forma, com relação a alguns indicadores, percebe-se uma evolução a partir da obrigatoriedade do cumprimento das políticas públicas, tal como o estabelecido para a educação. A análise socioeconômica demonstrou que os níveis de escolaridade é baixa nos assentamentos estudados, porém, nota-se perspectivas de mudanças através dos filhos dos assentados, estes frequentam as escolas instaladas nas agrovilas (inclusive a escola técnica) contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais de curto

prazo, preparando a futura mão-de-obra que irá impulsionar a produção rural a longo prazo, proporcionando um cenário diferente para a configuração dos assentamentos rurais na região Norte de Mato Grosso.

Neste aspecto de mudança da configuração local, quanto aos gêneros masculinos e femininos, a pesquisa constatou que a predominância ainda é masculina, porém, com aumento da participação nas decisões e na produção por parte do gênero feminino, principalmente quanto à participação em artesanatos, culinárias e outras produções, proporcionando renda extra para o reforço da renda familiar.

Quanto à produção, conclui-se com a pesquisa realizada que nos assentamentos em Sinop e em Marcelândia a base produtiva principal é a pecuária de leite e corte, representando 44,66% da produção no Wesley Manoel dos Santos e 73,15% da produção no Bonjaguá, sendo esta predominante para o consumo familiar, e uma pequena parte comercializada com intuito de gerar renda para manter as despesas familiares e complemento de renda tornando possível a continuidade da produção. A criação de aves, suínos e a produção de ovos também são um fator importante para a geração de renda complementar para as famílias assentadas e para o próprio consumo, além da produção de mandioca, hortaliças, tubérculos e outras culturas que servem para o consumo e em algumas famílias são comercializados.

Outro ponto a se destacar diz respeito à contratação de mão-de-obra nos assentamentos, mesmo com as dificuldades financeiras encontradas tem-se que no Wesley Manoel dos Santos 23,30% dos proprietários contratam outros trabalhadores para exercerem algum tipo de serviço, enquanto que no Bonjaguá essa contratação é maior, ou seja, 25,13%, sendo que respectivamente 76,70% e 74,87% dos próprios membros da família são encarregados de cuidar das tarefas que envolvem a pecuária e a produção de frutas e hortaliças, reiterando que essa contratação ocorre com pessoas do próprio assentamento que reforçam parte de sua renda a partir dessa prestação de serviços.

E por fim, quanto à atuação dos órgãos públicos a partir das políticas públicas do Governo Federal, a pesquisa levantou que os assentamentos contam com sistema de crédito que proporciona o fortalecimento da produção, possibilitando a compra de insumos ou equipamentos necessários, além de receberem ajuda habitacional para a construção de suas moradias. Em ambos os assentamentos estudados, mais de 80% das famílias recebem auxílio financeiro do PRONAF – Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar, sendo que os outros 20% são oriundos de outras fontes financeiras.

Porém, a garantia de crédito ainda é insuficiente para o desenvolvimento das atividades geradoras de renda em uma escala maior, corroborado pela falta de organização e de diversificação da produção, o que proporciona pouca evolução no desenvolvimento das atividades realizadas, não garantindo uma sustentabilidade econômica necessária e sim de subsistência, o que não garante concretamente a permanência dessas famílias nos assentamentos, nem as melhorias socioeconômicas necessárias para as famílias pesquisados nos dois municípios localizados na Região Norte de Mato Grosso.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo (1999). Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. 1999. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_científicos>. Acesso em: 16 nov. 2011.

AMARAL FILHO, Jair do (2001). “A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local”. Planejamento e Políticas Públicas (PPP), vol. 1, n. 1. Brasília, Brasil. Junho.

BAZIN, Frederic (1991). “Viabilidade econômica dos assentamentos de reforma agrária. O caso de Sumaré, SP”. Revista Economia Social, v. 32, n. 2. Abril-Junho.

BUARQUE, Sergio C. (1997). “Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável”. IICA, Brasília, Brasil.

EMPAER – Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A. Disponível em: < <http://www.empaer.mt.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

FRANCIO, Nilso (2011). Solidariedade, Trabalho e Renda: Um Estudo No Assentamento Wesley Manoel Dos Santos. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil.

GIL, Antônio Carlos (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Atlas, São Paulo.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 10 nov. 2011.

LIMA, Patrícia e Maria Rodrigues (2007). “As políticas públicas e a sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária”. Reforma Agrária em processo: quatro estudos empíricos. NEAD, MDA, ANPOCS, São Paulo.

SAUER, Sergio (1998). Reforma agrária e geração de empregos no meio rural. Abet, São Paulo.

SILVA, Paulo Sidney Gomes (1994). Os impactos das políticas públicas numa área de reforma agrária: O caso do Hipólito. Monografia - Escola Superior de Agricultura de Mossoró, Rio Grande do Norte.